



## **PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2009**

### **ÍNDICE**

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO	4
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Sector Público Administrativo	15
B) Administração Local	22
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	27
B) Orçamento da Despesa	35
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	47
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	54
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Directa	56
B) Avals	58
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	61



## I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, e demais legislação o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a proposta de orçamento para o ano de 2009.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o corrente, foi elaborado tendo como referência o quadro financeiro definido na Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, Lei de Finanças das Regiões Autónomas, na qual estão estipulados os meios financeiros de que a Região irá dispor. Meios estes, que ao contrário do que algumas forças políticas anunciavam são reforçados, beneficiando assim a Região.

O Governo dos Açores, com a presente proposta de orçamento pretende, mesmo numa situação de conjuntura internacional adversa, continuar a privilegiar a estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio financeiro das suas contas públicas e de manter um clima social e económico que permita a Região continuar crescer de forma a reduzir as assimetrias entre esta região, o continente português e a união europeia.

O Governo dos Açores com a actual proposta de orçamento, pretende atenuar e contrariar os efeitos negativos do enquadramento macroeconómico internacional através de uma política de rigor e



simultaneamente de crescimento, que permita dar aos agentes económicas e à sociedade em geral estabilidade e confiança.

Neste sentido, a presente proposta consubstancia, um aumento nas despesas de investimento na ordem dos 10,1% em relação à proposta de orçamento do ano transacto.

A presente proposta de orçamento atinge um valor global de 1.367,9 milhões de euros, dos quais 288,2 milhões de euros respeitam a operações extra-orçamentais.

As despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional apresentam um aumento de apenas 1,5%, menos 0,5% do que o verificado entre 2007 e 2008, o que traduz a continuidade de uma política de rigor e contenção deste tipo de despesas, disponibilizando-se simultaneamente mais fundos para o plano de investimentos.

A proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas, e foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, contendo as disposições que lhe são aplicáveis de acordo com o previsto na proposta de orçamento de estado para o corrente ano.



O Orçamento para 2009 é, no entender do Governo Açores, mais um passo importante para se manter a Região numa trajectória, já observada há alguns anos, que se traduz no desenvolvimento sustentado e harmonioso de toda a Região.



## **II – EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO**

Nas Orientações de Médio Prazo 2009-2012 apresenta-se um diagnóstico prospectivo da situação regional, e da sua envolvente externa.

De facto, o ambiente externo à Região que caracterizará todo o ano de 2009 e provavelmente o ano seguinte condicionará o processo de crescimento económico, que se vem registando na Região.

A volatilidade das projecções realizadas implica algum cuidado na parametrização desta crise económica e financeira, contudo retira-se que as economias avançadas e em particular as da zona euro terão um retrocesso no valor do produto interno, um aumento do desemprego em resultado da recessão e uma situação de estagnação dos preços, incluindo um custo reduzido do crédito, embora se faça sentir uma falta de confiança e de liquidez nas economias.

A situação nacional, segundo as últimas projecções macroeconómicas da responsabilidade do executivo, aponta igualmente para a entrada da economia portuguesa num ciclo negativo, pontuado por um decréscimo de 0,8% do PIB, uma taxa de desemprego média de 8,5% e um saldo financeiro da administração de -3,9%, invertendo-se o processo de consolidação das contas públicas.



É neste contexto que de seguida se apresentam alguns indicadores sobre a evolução recente da situação regional, em complemento ao apresentado nas OMP.

## DEMOGRAFIA

Em termos de evolução recente, os dados disponíveis apontam para o crescimento demográfico, sustentado em crescimento natural da população, com entrada líquida de indivíduos.

**Decomposição da Evolução Demográfica**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
População	241 763	238 767	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006
Saldo fisiológico	521	395	445	550	579	471	586
Saldo migratório	4 214	-3 391	812	632	458	306	402

\* Dados provisórios.  
Fonte: INE, SREA, DREPA.

Em termos de antecipação da evolução em 2009, não se registam fenómenos de grande variabilidade das tendências desenhadas, provavelmente uma atenuação do saldo migratório.

Mantêm-se evidentemente a pressão sobre o mercado de trabalho, ou seja, alguma redução do peso relativo dos jovens na estrutura etária da população está a ser compensada, não pelo aumento significativo da população com maior idade, mas no segmento em idade activa, ou seja dos 15-64 anos. Esta situação deve-se fundamentalmente à redução da emigração dos residentes em idade activa.



### Estrutura Etária da População %

	1991	2001	2006	2007
0-14 anos	26,4	21,4	19,3	19,0
15-64 anos	61,1	65,6	68,3	68,6
65 e + anos	12,5	13,0	12,4	12,4

Fonte: - INE.

## ASPECTOS MACROECONÓMICOS

Os últimos dados conhecidos sobre o PIB regional calculado pelo INE, remontam a 2007, apontando para um valor 3 343 milhões de euros, o que representa um crescimento nominal de 4,5% em relação ao ano anterior, a que correspondeu a uma variação positiva de 2 % em volume (1,9% para a média nacional).

### Produto Interno Bruto a preços de mercado

	Unid.: Milhões de Euros			
	2001	2003	2005	2007*
1. Açores	2 488	2 785	3 018	3 343
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,6	12,5	13,7
PIB per capita (Portugal=100)	83,5	87,6	88,3	89,3

\*Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A desagregação sectorial do Valor Acrescentado Bruto confirma, em tendência, a continuidade de um processo de terciarização, basicamente alimentado pelo crescimento de actividades comerciais e financeiras, enquanto outros serviços com elevada representatividade absoluta (públicos administrativos, educação, saúde) registaram, e em sequência de anos anteriores, alguma moderação de crescimento, não alargando de forma notória a sua representatividade.



Apesar destas tendências gerais, há aspectos decorrentes de características regionais que certos dados de produção por ramos de actividade deixam transparecer. O caso mais evidente será o das actividades no sector primário que, somando um VAB de 318 milhões de euros em 2007, manteve a elevada representatividade de 11,1% do total regional de 2 866 milhões de euros. Esta representatividade não se enquadra em padrões frequentes de economias industriais e terciarizadas, todavia também não corresponde a actividades tecnologicamente residuais; pelo contrário, é sustentada por elevadas produtividades, que se situam ao nível das atingidas pelas indústrias e superam significativamente as observadas no mesmo sector primário a nível nacional.

#### VAB por Ramos de Actividades Económicas

Actividades	Unid.: milhões de Euros			
	2001	2003	2005	2007*
Primárias (agricultura e pesca)	295	313	321	318
Industriais e energia	193	232	265	313
Construção	166	161	162	174
Comerciais, alojamento, transportes	484	544	594	653
Financeiras e Imobiliárias	325	371	406	446
Outros serviços (administ. pública, educação, saúde, outros)	707	798	849	962
Total	2 170	2 419	2 597	2 866

\* Resultados preliminares.  
Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

O Rendimento Primário obtido através da participação dos agentes económicos no processo produtivo cifrou-se em 2 333 milhões de euros, incorporando uma intensidade de crescimento idêntica à observada anteriormente para o PIB.





### Rendimento Primário

Unidade: Milhões de euros

Rendimentos	2004	2005	2006
Excedentes de exploração	709	727	750
Remunerações	1 421	1 479	1 517
Propriedade	94	114	130
Total	2 224	2 321	2 397

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2006 (base 2000).

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2005 (base 2000).

Se ao Rendimento Primário forem descontados os impostos correntes, as contribuições e o saldo de prestações sociais e outras transferências, obtém-se o Rendimento Disponível. Nos Açores, tomando o último ano apurado (2006) o peso relativo dos impostos correntes no rendimento primário é de 6% e o das contribuições sociais cerca de 19%.

Em termos da média do país aquelas percentagens são mais elevadas, respectivamente 8 e 22%. Descontando o peso do saldo das transferências oriundas das prestações sociais, em que na Região têm um menor peso no rendimento, ainda assim observa-se que, por unidade de rendimento primário gerado na economia, o rendimento disponível das famílias açorianas é proporcionalmente superior ao equivalente em termos nacionais.

### Rendimento Disponível

Unidade: Milhões de euros

Rendimentos	2004	2005	2006
Rendimento Primário S	2 224	2 321	2 397
Impostos correntes E	-114	- 120	137
Contribuições sociais E	-411	-444	- 455
Prestações sociais R	434	458	482
Outras transferências S	20	35	61
Rendimento Disponível	2 153	2 250	2 348

S- Saldo; E- Emprego; R- Recursos.

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2005 (base 2000).



## Mercado de Emprego

Em 2007, o número de 112,2 milhares de indivíduos da população activa incorpora um crescimento de 0,36% em relação ao ano anterior. Esta evolução seguiu um certo equilíbrio global com os recursos humanos disponíveis durante o mesmo período, na medida em que a taxa de actividade se manteve na ordem de 46%.

Já a taxa de actividade feminina de 36,0% integrou-se na tendência de reforço da participação das mulheres no mercado de emprego.

### Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Indivíduos			
	2001	2003	2005	2007
População Activa	100 646	105 099	109 773	112 159
Empregada	98 360	102 066	105 283	107 284
Desempregada	2 286	3 033	4 490	4 875
Tx. de Desemprego (%)	2,3	2,9	4,1	4,3

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Na população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores na sua composição, através da redução da população doméstica e do aumento da população reformada.

A extensa componente constituída pela população estudantil não se encontra desagregada pelas estatísticas disponíveis.



### População Inactiva - %

	2001	2003	2005	2007
Domésticos	27,1	27,3	26,6	24,8
Reformados	15,0	16,4	16,0	17,6
Outros	57,9	56,3	57,4	57,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Observando, ainda a população activa empregada, mas agora segundo a situação na profissão, verifica-se que a componente de trabalhadores por conta de outrem basicamente manteve o seu nível de representatividade na ordem de 78%.

### População Activa Empregada, por Situação na Profissão - %

	2003	2005	2007
Conta de Outrem	75,6	78,1	78,5
Sem termo	57,7	62,2	62,5
Com termo	14,3	12,8	13,8
Outros	3,6	3,2	2,2
Conta Própria	21,8	19,9	19,1
Familiar e Outras	2,6	2,0	2,4
Total	100,0	100,0	100,0

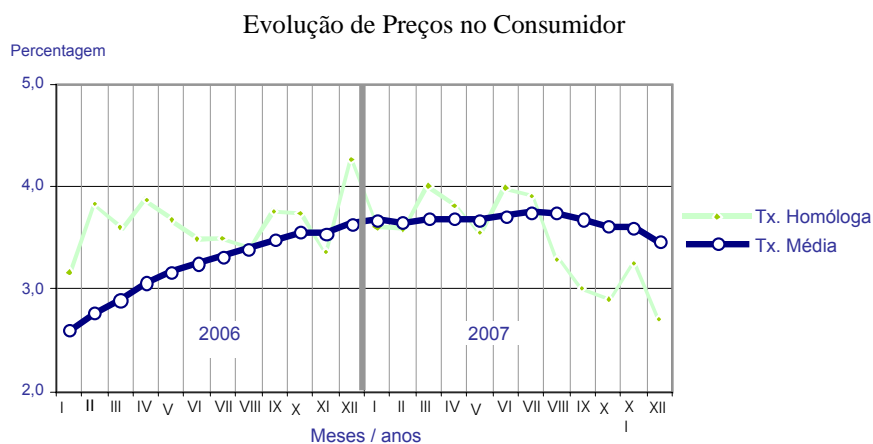
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

## Preços no Consumidor

A evolução dos preços no consumidor durante o ano de 2007 traduziu-se numa taxa média de 3,5%, correspondendo a uma desaceleração em relação à evolução no ano anterior. O sentido desta evolução manter-se-á no curto prazo, conforme decorre dos últimos registos mensais representarem em relação aos respectivos meses



homólogos do ano anterior taxas de variação inferiores, contribuindo assim para baixar os próximos valores, particularmente, no cálculo das taxas médias durante os períodos iniciais (do 1º semestre) de 2008.



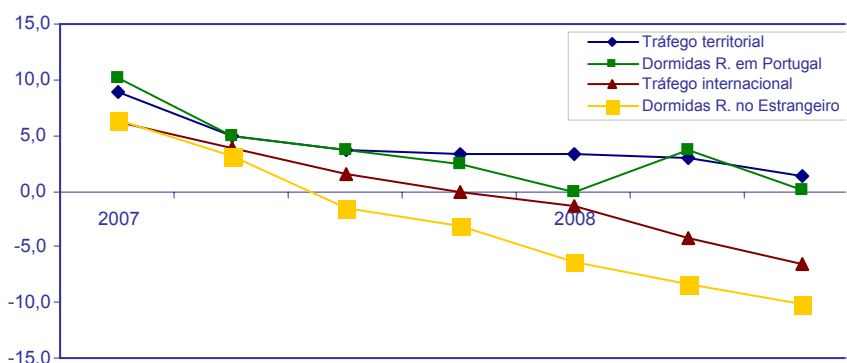


## INDICADORES DE ACTIVIDADE – EVOLUÇÃO RECENTE

Os elementos sobre a evolução recente da economia açoriana apontam no sentido de relativa estabilidade e prossecução de tendências em determinadas actividades, enquanto outras actividades revelam flutuações mais evidentes a curto prazo.

Uma redução de actividade revelada pelo número de dormidas na hotelaria, reflecte o efeito de um choque com origem na procura externa. O efeito é maior a partir das economias que se encontram em fases de desaceleração ou recessão mais intensas, verificando-se que a evolução do número de dormidas de residentes no estrangeiro é significativamente mais acentuada do que a evolução dos residentes em Portugal. Estes indicadores são praticamente coincidentes aos efeitos na economia real e confirmados pelos elementos de tráfego de passageiros nos aeroportos em termos de sentido e intensidade.

Indicadores – Evolução Trimestral Homóloga

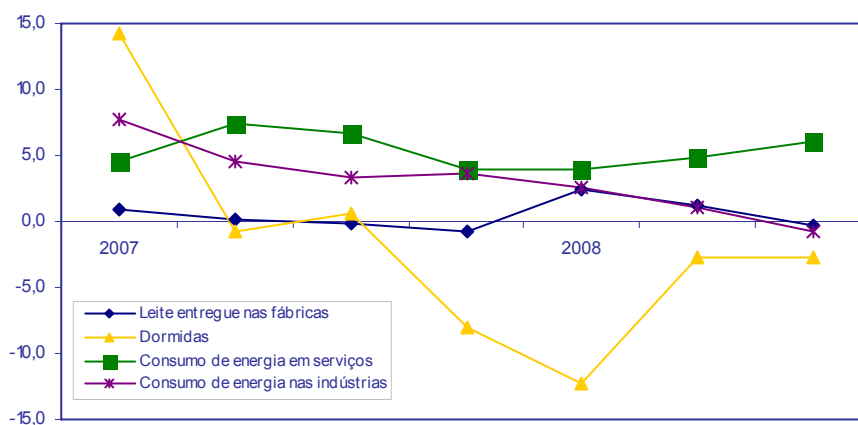




Os efeitos dos choques externos são proporcionais ao grau de exposição das actividades económicas regionais. Os efeitos nas actividades internas são mais amortecidos ou, então, revelam-se com algum desfasamento temporal.

É neste sentido que se podem compreender a diferença de intensidade de oscilações entre sectores de maior volatilidade, como o do turismo, e sectores de produção básica e intersectorial, como o de energia, particularmente na componente de produção para consumo pelas indústrias.

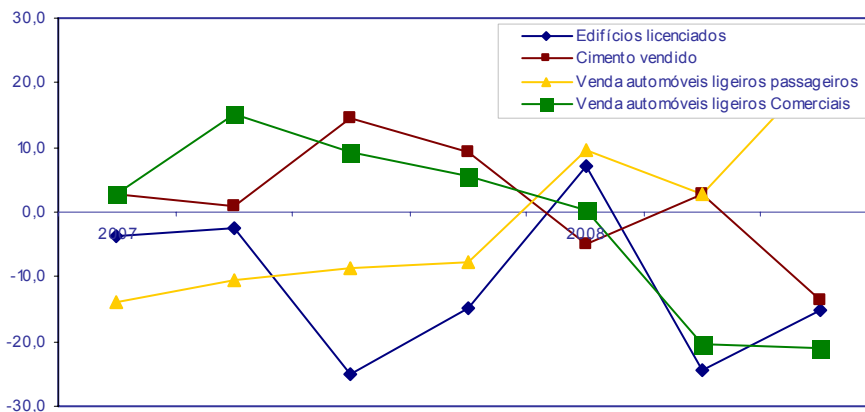
Indicadores – Evolução Trimestral Homóloga



Outras actividades mais ligadas a consumos duradouros e a investimento revelam oscilações mais amplas. Além disso, as decisões das famílias e das empresas tornam-se mais complexas e condicionadas por expectativas e medidas conjunturais.



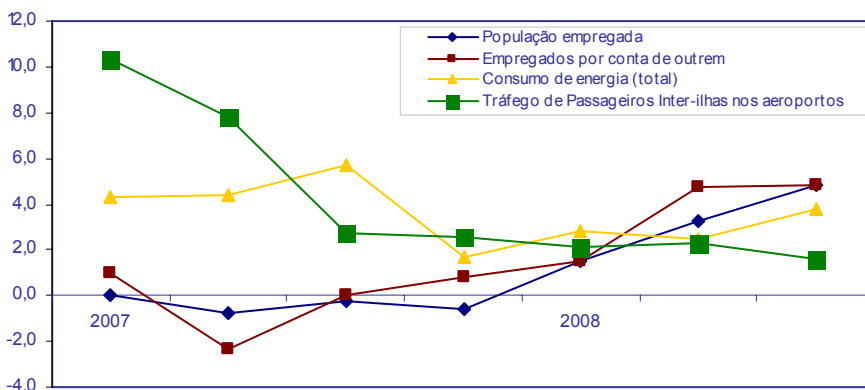
### Indicadores – Evolução Trimestral Homóloga



Assim, os indicadores sobre actividades económicas referidos anteriormente apontam para níveis de produção condicionados significativamente pelas tendências das envolventes externas, mas com flutuações intersectoriais internas que também reflectem expectativas em relação a factores potenciais de mercado.

Porém, a evolução de variáveis como a população empregada e o número de trabalhadores por conta de outrem correspondem a uma utilização de recursos significativa e à sustentação de um nível estabilizador em termos de actividades sociais e de coesão interna.

### Indicadores – Evolução Trimestral Homóloga





### III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

#### A) Sector Público Administrativo

A 31 de Dezembro de 2008, o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, excluindo a operação de refinanciamento, no montante de 91,0 milhões de euros, contabilizou uma despesa de 963,8 milhões de euros (94,8%) compensados por uma receita de 964,5 milhões de euros (94,9%).

#### Receita

A desagregação da receita por grandes agregados, bem como os seus níveis de execução, é a que abaixo se explicita.

	Unidade: Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
<b>1. Receitas Correntes</b>	<b>689.306.580,00</b>	<b>676.261.612,43</b>	<b>98,1%</b>
Impostos Directos	198.617.500,00	199.233.667,85	100,3%
Impostos Indirectos	315.858.780,00	318.543.886,49	100,9%
Contribuições para a Segurança Social	4.500.000,00	4.331.975,77	96,3%
Taxas, multas e outras penalidades	4.000.000,00	4.510.425,83	112,8%
Rendimentos de propriedade	6.300.000,00	4.976.719,85	79,0%
Transferências Correntes	143.030.300,00	143.030.331,48	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	400.000,00	575.777,41	143,9%
Outras Receitas Correntes	16.600.000,00	1.058.827,75	6,4%
<b>2. Receitas de Capital</b>	<b>326.958.495,00</b>	<b>288.247.475,55</b>	<b>88,2%</b>
Venda de Bens de Investimento	200.000,00	85.213,87	42,6%
Trasferências de Capital	321.958.495,00	279.081.127,74	86,7%
Activos Financeiros	1.500.000,00	1.158.311,12	77,2%
Outras Receitas de Capital	500.000,00	152.499,86	30,5%
Reposições	2.800.000,00	2.084.026,99	74,4%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	5.686.295,97	0,0%
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1.016.265.075,00</b>	<b>964.509.087,98</b>	<b>94,9%</b>





As receitas correntes apresentaram uma execução de 676,3 milhões de euros (98,1%), das quais se distinguem os impostos indirectos com 318,5 milhões de euros, os impostos directos com 199,2 milhões de euros e as transferências correntes com 143,0 milhões de euros, com taxas de execução de, respectivamente 100,9%, 100,3% e 100%. No seu conjunto, estes três agregados representaram, 97,7% da receita corrente e 68,5 % do total das receitas arrecadadas.

Relativamente às receitas de capital, evidencia-se as transferências de capital, que contabilizaram 279,1 milhões de euros, cerca de 86,7% do orçamentado, o que correspondeu a 96,8% das receitas de capital e 28,9% do total da receita.

A desagregação da receita pelas suas principais componentes, encontra-se patente no quadro a seguir apresentado.

	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	(Euros) %
<b>Receitas Totais</b>	<b>1.016.265.075,00</b>	<b>964.509.087,98</b>	<b>94,91%</b>
Receitas Fiscais	518.476.280,00	522.287.980,17	100,74%
IRS	132.402.500,00	137.709.779,38	104,01%
IRC	65.915.000,00	61.445.366,74	93,22%
IVA	189.635.000,00	216.881.160,72	114,37%
Outras Receitas Fiscais	130.523.780,00	106.251.673,33	81,40%
Transferências do O.E.	362.622.795,00	349.260.879,60	96,32%
Transferências do U.E.	102.366.000,00	72.774.880,08	71,09%
Outras Receitas	32.800.000,00	20.185.348,13	61,54%

As receitas fiscais contabilizaram 522,3 milhões de euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 100,7%, representando 54,2% do total da receita. Os impostos mais preponderantes na receita fiscal, foram o



IRS, o IRC e o IVA, os quais com uma execução de 137,7 milhões de euros, 61,4 milhões de euros e 216,9 milhões de euros respectivamente, contribuíram, para 79,7% do valor arrecadado em receitas fiscais.

A rubrica “outras receitas fiscais” apresentou uma execução de 106,3 milhões de euros, 94,9% das quais ficaram afectos ao ISP (32,6 milhões de euros), Imposto de selo (25,8 milhões de euros), o imposto de consumo sobre o tabaco (24,0 milhões de euros), o imposto sobre veículos (12,0 milhões de euros) e o imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas (6,4 milhões de euros) e os restantes 5,1% ficaram afectos a outros impostos indirectos e a taxas multas e outras penalidades.

As transferências do Orçamento de Estado (OE) originaram uma arrecadação de receita de 349,3 milhões de euros, o que correspondeu a uma execução de 96,3% e representam 36,2% do total da receita.

As transferências da União Europeia (U.E.) registaram o valor de 72,8 milhões de euros, 71,1% de execução representando estas 7,6% do total da receita.



## Despesa

A desagregação da despesa, por grandes agregados, em 31 de Dezembro de 2008, foi a que abaixo se evidencia.

Unidade: Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>574.917.603,00</b>	<b>571.577.979,25</b>	<b>99,4%</b>
Despesas com Pessoal	294.291.488,00	292.523.977,51	99,4%
Remunerações certas	240.052.807,00	239.185.322,92	99,6%
Abonos variáveis	7.252.824,00	6.731.922,39	92,8%
Segurança Social	46.985.857,00	46.606.732,20	99,2%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	17.853.210,00	16.762.824,42	93,9%
Juros e outros encargos	13.150.552,00	13.148.790,04	100,0%
Transferências Correntes	238.469.167,00	238.438.924,52	100,0%
Subsídios	0,00	0,00	0,0%
Outras despesas Correntes	11.153.186,00	10.703.462,76	96,0%
<b>2. Despesas de Capital</b>	<b>1.807.900,00</b>	<b>1.530.142,02</b>	<b>84,6%</b>
Aquisição de Bens de Capital	1.151.413,00	875.235,54	76,0%
Transferências de Capital	341.694,00	340.114,48	99,5%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,0%
Outras despesas de Capital	314.793,00	314.792,00	100,0%
<b>3. Despesas do Plano</b>	<b>439.539.572,00</b>	<b>390.659.270,13</b>	<b>88,9%</b>
<b>4. Total (1+2+3)</b>	<b>1.016.265.075,00</b>	<b>963.767.391,40</b>	<b>94,8%</b>

Nas despesas correntes, salientam-se as rubricas, Despesas com Pessoal e Transferências Correntes, que no seu conjunto representam 92,9% do total da desta. Os 292,5 milhões de euros dispendidos com pessoal, equivaleram a 99,4% de execução e representam 30,4% do total da despesa. As Transferências Correntes apresentaram um nível de execução de 100,0% o que correspondeu a um dispêndio de 238,4 milhões de euros.

Nas despesas de capital destaca-se a rubrica Aquisição de Bens de Capital com uma execução de 76,0% (0,9 milhões de euros) e representando 57,2% do total da despesa de capital.



O quadro abaixo evidencia a desagregação da despesa em funcionamento e investimento.

(Euros)

	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
<b>Despesas Totais</b>	<b>1.016.265.075,00</b>	<b>963.767.391,40</b>	<b>94,83%</b>
<i>Funcionamento</i>	<i>576.725.503,00</i>	<i>573.108.121,27</i>	<i>99,37%</i>
Despesas com Pessoal	294.291.488,00	292.523.977,51	99,40%
Remunerações certas	240.052.807,00	239.185.322,92	99,64%
Abonos variáveis	7.252.824,00	6.731.922,39	92,82%
Segurança Social	46.985.857,00	46.606.732,20	99,19%
Transferências	238.810.861,00	238.779.039,00	99,99%
Juros e outros encargos	13.150.552,00	13.148.790,04	99,99%
Outras	30.472.602,00	28.656.314,72	94,04%
<i>Investimento</i>	<i>439.539.572,00</i>	<i>390.659.270,13</i>	<i>88,88%</i>

A despesa total atingiu os 963,8 milhões de euros, 94,8% do valor orçamentado. Deste montante, 573,1 milhões de euros (59,5% do total) foram dispendidos em despesas de funcionamento. Dentro destas, destacam-se as despesas com pessoal e as transferências com uma execução de 292,5 milhões de euros e 238,8 milhões de euros, respectivamente.

Nas despesas com pessoal destacam-se as despesas com o pagamento de remunerações certas e permanentes, que com 239,2 milhões de euros representaram 81,8% do total do dispêndio com pessoal.

As transferências corresponderam a 41,7% das despesas de funcionamento o que representou 24,8% do total da despesa.

No que concerne ao investimento este atingiu os 390,7 milhões de euros, o equivalente a 88,9% do valor esperado e a 40,5% do total da despesa.



Em termos comparativos, a evolução da despesa no biénio 2007-2008, foi a que abaixo se apresenta.

Variação da Execução Orçamental - 2007-2008

Un: Euros

	2007	2008	VARIAÇÃO 08/07
<b>Receitas Totais</b>	<b>912.844.495,03</b>	<b>964.509.087,98</b>	<b>5,66%</b>
Receitas Fiscais	476.365.640,29	522.287.980,17	9,64%
IRS	126.696.481,18	137.709.779,38	8,69%
IRC	62.853.673,50	61.445.366,74	-2,24%
IVA	162.900.000,28	216.881.160,72	33,14%
Outras Receitas Fiscais	123.915.485,33	106.251.673,33	-14,25%
Transferências do O.E.	355.548.000,00	349.260.879,60	-1,77%
Transferências do U.E.	28.553.172,65	72.774.880,08	154,87%
Outras Receitas	52.377.682,09	20.185.348,13	-61,46%
<b>Despesas Totais</b>	<b>907.070.725,06</b>	<b>963.767.391,40</b>	<b>6,25%</b>
<i>Funcionamento</i>	<i>545.186.960,38</i>	<i>573.108.121,27</i>	<i>5,12%</i>
Despesas com Pessoal	235.900.750,10	245.917.245,31	4,25%
Remunerações certas	229.031.829,59	239.185.322,92	4,43%
Abonos variáveis	6.868.920,51	6.731.922,39	-1,99%
Segurança Social	34.320.501,21	46.606.732,20	35,80%
Transferências	234.954.718,17	238.779.039,00	1,63%
Juros e outros encargos	11.726.224,12	13.148.790,04	12,13%
Outras	28.284.766,78	28.656.314,72	1,31%
<i>Investimento</i>	<i>361.883.764,68</i>	<i>390.659.270,13</i>	<i>7,95%</i>

O aumento observado na receita, em 2008 (5,7%), relativamente ao ano anterior, resultou essencialmente do aumento registado nas receitas fiscais (9,6%), das quais se destacam o IVA (33,1%) e o IRS (8,7%) bem como ao crescimento das transferências da UE (154,8%).

Relativamente à despesa, no biénio em análise, o aumento verificado deveu-se essencialmente ao aumento das contribuições para a segurança social (35,8%) e do investimento (8,0%).



Salienta-se que o aumento verificado na rubrica da segurança social (35,8%), resulta do aumento em 50% da taxa de contribuições para a caixa geral de aposentações afecta à entidade patronal, que passou de 10% para 15%.

Ressalva-se, ainda, o incremento registado nos juros e outros encargos em 12,1%, justificado exclusivamente pela evolução registada nas taxas de juro nos mercados financeiros uma vez que não houve qualquer alteração no Stock da dívida directa da Região.



## **B) Administração Local**

Os municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram em 2007 receitas no valor total de 186,3 milhões de euros, verificando-se deste modo um aumento de 8,8%, relativamente ao ano anterior. Este crescimento fica a dever-se essencialmente ao aumento de 16,3% dos empréstimos, que neste caso, se traduz por um crescimento do endividamento. Foi, assim, possível anular a redução de 22,4% verificada nas transferências dos fundos comunitários.

As transferências dos Fundos do Orçamento do Estado, representam cerca de 50% das receitas totais.



### RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

mil euros

Receitas	2005		2006		2007		2006 / 07
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Receitas Locais	37.470	21	42.966	25	55.476	29,8	29,1
Fundos OE	91.455	51	91.406	53	91.681	49,2	0,3
Fundos Comunitários	26.212	15	19.329	11	14.995	8,0	-22,4
Outras Transferências	9.124	5	5.445	3	10.174	5,5	1,9
Empréstimos	14.430	8	11.971	7	13.926	7,5	16,3
<b>Totais</b>	<b>178.691</b>	<b>100</b>	<b>171.117</b>	<b>100</b>	<b>186.252</b>	<b>100</b>	<b>8,8</b>

Despesas	2005		2006		2007		2006 / 07
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Pessoal	43.935	24	46.743	26	47.031	25,5	2,2
Bens e Serviços	24.901	14	24.242	13	26.915	14,5	11,0
Juros	3.595	2	4.428	2	6.138	3,3	38,6
Amortizações	11.680	6	12.878	7	13.470	7,3	4,6
Investimentos	81.030	44	66.501	36	68.386	37,1	2,4
Transferências	12.221	7	12.882	7	16.569	9,0	28,6
Outras Despesas	5.019	3	5.320	3	6.038	3,3	13,5
<b>Totais</b>	<b>182.380</b>	<b>76</b>	<b>172.994</b>	<b>69</b>	<b>184.548</b>	<b>100</b>	<b>7,5</b>

As despesas sofreram um acréscimo de 7,5%, inferior, portanto, aos 8,8% registados nas receitas. Observou-se, deste modo, um ligeiro aumento do saldo global de gerência dos municípios, que passou de 4 milhões no final de 2006 para 5,7 milhões de euros em 2007.

As diversas componentes da despesa tiveram comportamento diverso. As despesas de pessoal aumentaram 2,2%, levando a crer que em termos globais houve um aumento pouco significativo do número de efectivos. Por outro lado, o investimento municipal, a maior parcela das despesas municipais, com 37%, aumentou apenas 2,4%. O decréscimo de





22,4% nas transferências recebidas dos fundos comunitários é a principal causa deste fraco crescimento, que só foi possível com o recurso ao crédito no valor de quase 14 milhões de euros.

Outra situação digna de registo é o comportamento verificado no serviço da dívida, com as amortizações a aumentarem apenas 4,6% e os juros sofrendo um aumento de 38,6%. A dívida bancária amortizada foi inferior ao montante de novos empréstimos contraídos, levando a um aumento de 3% na dívida total aos bancos, que no final de 2007 era de 143 milhões de euros. Por outro lado, a dívida não bancária aumentou 7%, atingindo os 37,4 milhões de euros em Dezembro de 2007.

Endividamento	2005		2006		2007		2006/ 07
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Dívida Bancária	139.801	77	138.963	80	142.811	79	3
Dívida não Bancária	42.227	23	34.929	20	37.414	21	7
Totais	182.028	100	173.892	100	180.225	100	4

## Investimento

O investimento cresceu cerca de 3% no total dos municípios. No entanto, o comportamento das diversas áreas foi bastante diferente, com aumentos da ordem dos 70 e 80% nos sectores da habitação, instalações dos serviços e abastecimento de água e esgotos e reduções nos restantes sectores, com destaque para a rede viária, que registou um abrandamento de 23%. Mesmo assim, apesar de descer nos últimos 2 anos, a rede viária mantém-se como área prioritária, agora quase igualada pela educação e desporto.



Por fim, registe-se o aumento de 85% no sector de águas e esgotos, que com um investimento global de 7,6 milhões de euros apresentou o valor mais elevado dos últimos 5 anos, todavia longe da média de 15 milhões de euros, observada entre 1996 e 2002.

mil euros

Investimento	2005		2006		2007		2006/ 07
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Terrenos e Habitação	8.969	11	4.578	7	8.573	12	87
Instal Serviços e out edifícios	3.448	4	3.382	5	5.705	8	69
Educação e Desportos	18.445	23	16.981	26	15.466	23	-9
Rede Viária	24.536	30	20.778	31	16.013	23	-23
Água e Esgotos	5.253	6	3.644	5	7.631	11	85
Lixos	2.288	3	2.214	3	2.112	3	-5
Outras Construções	5.549	7	3.299	5	3.179	5	-4
Equipamento, Mat Transporte	4.019	5	4.568	7	3.759	6	-18
Outros	8.521	11	7.058	11	5.948	9	-11
<b>Totais</b>	<b>81.030</b>	<b>100</b>	<b>66.501</b>	<b>100</b>	<b>68.386</b>	<b>100</b>	<b>3</b>

## Balço e Demonstração de Resultados

Desde 2002, os municípios utilizam o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), tendo procedido desde então, e de forma gradual, ao inventário dos seus bens activos e passivos.

Em 2007, os municípios tinham um activo líquido total da ordem dos 1.005 milhões de euros, aos quais se podem adicionar cerca de 75 milhões de euros dos serviços municipalizados e associações de municípios. O imobilizado representa cerca de 97% do Activo, sendo a parte restante preenchida pelas disponibilidades e dívidas de terceiros.



Quanto ao conjunto Passivo + Capitais Próprios, refira-se que estes últimos representam 58% do total, logo, ultrapassando o valor total do Passivo.

Em termos globais, registou-se um resultado líquido positivo de 12 milhões de euros, verificando-se no entanto resultados negativos em alguns municípios.



## **IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL**

A previsão orçamental da receita e da despesa constantes da presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para o ano de 2009, segue os critérios e os métodos utilizados nos últimos anos, o que facilita a respectiva análise, dando-se, por esta via, um sinal de rigor e de transparência.

No que respeita à política orçamental, e à luz dos objectivos programáticos do X Governo Regional, a presente proposta de orçamento insere-se num quadro estável das finanças públicas regionais, não obstante, a resposta adequada e o esforço de investimento que contempla para fazer face a um período de maiores dificuldades decorrentes da conjuntura económica adversa que abalou a economia mundial.

Neste contexto, importa salientar que esta proposta de orçamento não prevê qualquer aumento do endividamento líquido da Região, continuando, assim, a dar um contributo positivo para a consolidação orçamental nacional.

O Governo Regional continua a promover uma política de rigor e de contenção das suas despesas de funcionamento, as quais, crescem apenas 1,5%, o que permite libertar mais meios financeiros para as necessárias despesas de investimento, que registam uma taxa de crescimento de 10,1%.



O quadro seguinte apresenta a estrutura síntese da proposta de ORAA para 2009, excluindo-se o valor das contas de ordem.

	Milhões de Euros
	2009
1. Receitas Correntes	694,1
2. Despesas Correntes	593,8
3. Encargos da Dívida Pública	11,3
4. Saldo Corrente (1-2)	100,3
5. Receitas de Capital	385,5
6. Empréstimos	
7. Despesas de Capital	485,8
8. Amortização de Dívida	
9. Saldo de Capital (5-7)	-100,3
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	11,3

Do quadro resulta que a proposta de orçamento para 2009 observa o princípio do equilíbrio orçamental, apresentando um saldo corrente de cerca de 100 milhões de euros, um saldo global nulo e um saldo primário superior a 11 milhões de euros.

### **Orçamento da Receita**

A receita global prevista para o ano de 2009 atinge os 1.367,9 milhões de euros. Não se considerando o montante de 288,2 milhões de euros das operações extra-orçamentais, a receita ascende a 1.079,6 milhões de euros.



Para efeitos comparativos, os valores globais da receita não contemplam o montante da operação de refinanciamento relativa ao ano de 2008, devidamente orçamentado no capítulo 12 da receita, segundo a classificação económica, centrando-se a análise no âmbito da receita efectiva.

As receitas efectivas, que não incluem os passivos financeiros, atingem uma previsão global, em 2009, de 1.079,6 milhões de euros, mais 63,4 milhões de euros do que o correspondente valor do corrente ano, o que traduz um acréscimo de 6,2%.

As receitas efectivas são constituídas por três grandes agregados – as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia – correspondentes às principais fontes de financiamento do orçamento regional.

No âmbito das receitas efectivas, continuam a ser as receitas próprias da Região a principal fonte de financiamento do orçamento regional, constituindo as mesmas, em 2009, cerca de 51,1% do total da receita.

As transferências do Orçamento do Estado continuam a ser a segunda mais importante fonte de financiamento do orçamento regional, atingindo, em 2009, cerca de 34,7% do total da receita, menos um ponto percentual do que em 2008.

As transferências da União Europeia atingem, em 2009, um peso de 14,2% do total da receita, mais 4,1 pontos percentuais do que em 2008.

Em termos globais, registam-se ligeiras descidas do peso relativo das receitas próprias e das transferências do Orçamento do Estado, a favor de



um aumento do peso relativo das transferências da União Europeia. Esta tendência traduz o facto do Governo Regional, apostar num conjunto de projectos de investimentos elegíveis ao co-financiamento comunitário, como forma de assegurar o financiamento necessário da presente proposta de orçamento.

### **Receitas próprias**

As receitas próprias previstas para o ano de 2009 atingem os 551,7 milhões de euros, montante praticamente igual ao valor orçamentado de 2008, revelando um acréscimo de 1,7% quando comparado com o valor realizado em 2008.

No âmbito das receitas próprias salienta-se o conjunto das receitas fiscais, as quais, em 2009, representam 94,2% do total daquelas receitas.

As receitas fiscais atingem uma previsão global de 519,9 milhões de euros, mais 0,3% do que o valor orçamentado no ano anterior e menos 0,5% do que a respectiva realização, em resultado da política de redução fiscal que permitirá, em 2009, diminuir o esforço fiscal das famílias e empresas açorianas em sede de IRS, IRC e IVA.

Os valores estimados para os diversos impostos, tiveram por base os valores realizados no corrente ano, as reduções fiscais efectuadas e, na generalidade dos casos, observaram também o ritmo de variação constante do Orçamento do Estado para 2009.

Os impostos directos atingem uma previsão orçamental global de 197 milhões de euros, menos 1,1% do que o valor realizado no ano anterior.



O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) está estimado em 136 milhões de euros, menos 1,3% do que o valor realizado em 2008. Esta previsão, para além de acompanhar a tendência de variação deste imposto a nível nacional, reflecte a estimativa de perda fiscal resultante da alteração legislativa efectuada em 2008 e que entrou em vigor em Janeiro deste ano.

Para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estima-se um valor de 60,9 milhões de euros, tendo-se aplicado uma taxa de variação de menos 0,9% sobre o valor realizado em 2008, igualmente em linha com a tendência nacional de evolução deste imposto.

Os impostos indirectos atingem uma previsão orçamental de 318,3 milhões de euros, menos 0,1 % do que o respectivo valor realizado no ano anterior.

O Imposto sobre o Produtos Petrolíferos (ISP) está estimado em 51,4 milhões de euros, valor igual ao orçamentado em 2008, no pressuposto de que os mercados do crude se mantenham durante o ano de 2009 pouco inalterados relativamente às actuais cotações desta matéria-prima.

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) está estimado em 191,5 milhões de euros, registando uma evolução compatível com a esperada a nível nacional para este imposto.

O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 14,1 milhões de euros, a qual segue a tendência nacional de variação da receita deste imposto.





O Imposto sobre o Tabaco (IT) regista uma previsão de 25,6 milhões de euros, praticamente igual à dotação aprovada para 2008, tendo a sua estimativa sido efectuada de acordo com a taxa prevista no Orçamento do Estado sobre o valor realizado em 2008.

O Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas (IABA) prevê uma receita global de 7,2 milhões de euros, mantendo, igualmente, um valor praticamente idêntico ao aprovado para 2008.

O Imposto do Selo (IS) regista uma previsão de receita de 27,8 milhões de euros, pouco superior à dotação aprovada para 2008, tendo a sua estimativa sido efectuada com base na sua realização em 2008, aplicando-se a taxa de crescimento prevista no Orçamento de Estado para este imposto.

As taxas, multas e outras penalidades atingem uma previsão de receita de 4,6 milhões de euros, mais 2% do que o montante que se arrecadou no ano de 2008.

Para as outras receitas próprias, estima-se uma previsão de receita de 31,8 milhões de euros, constituídas por um grande conjunto de naturezas de receita, sendo algumas com carácter de continuidade anual.

### **Transferências do Orçamento do Estado**

As transferências do Orçamento do Estado atingem, em 2009, uma previsão global de 375,1 milhões de euros, mais 12,4 milhões de euros do



que o montante orçamentado em 2008, traduzindo uma taxa de crescimento de 3,4%.

O acréscimo registado nas transferências do Orçamento do Estado, designadamente, as efectuadas ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 37.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas), está de acordo com a posição defendida pelo Governo Regional, tendo-se fixado nos 2,5%.

As transferências do Orçamento do Estado efectuadas nos termos do artigo 37.º da citada LFRA, a título da solidariedade nacional, atingem o valor de 293,1 milhões de euros, mais 2,5% do que o correspondente valor do ano anterior.

As transferências do Orçamento do Estado efectuadas nos termos do artigo 38.º da referida LFRA, no âmbito do Fundo de Coesão para as regiões ultraperiféricas, atingem o montante de 58,6 milhões de euros, mais 2,5% do que respectivo valor do corrente ano.

No âmbito das transferências do Orçamento do Estado, está ainda orçamentada uma verba de 8,5 milhões de euros, resultante, em parte, do compromisso assumido pelo Governo da República em participar nos encargos com a reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 1998 e, também, da participação nacional em programas de habitação social.

Finalmente, está igualmente orçamentada uma verba extraordinária, no valor de 14,9 milhões de euros, correspondente à terceira parcela de um acerto global de 90 milhões de euros, referente à errada interpretação da



anterior LFRA, entre 1998 e 2005, já assumida pelo Governo da República.

### **Transferências da União Europeia**

O valor global de fundos provenientes da União Europeia a receber em 2009, respeitante ao co-financiamento de projectos de investimento directamente executados pelo Governo Regional, está estimado em 152,8 milhões de euros.

Os fundos comunitários que se prevê receber em 2009 estão maioritariamente relacionados com a execução de diversos projectos de investimento constantes do plano para 2009 e, igualmente, de outros cuja execução já se concretizou mas o recebimento dos fundos comunitários ainda não se efectuou.

O valor orçamentado para 2009 reflecte o aumento significativo das verbas disponíveis no actual período de programação financeira comunitária 2007-2013, o qual contempla um aumento de 311 milhões de euros, ou seja, mais 25,4% do que o valor do quadro comunitário anterior.

### **Operações Extra-orçamentais**

O valor global das operações extra-orçamentais está estimado em 288,2 milhões de euros, menos 9% do que o valor orçamentado no corrente ano.



## **Orçamento da Despesa**

O valor da despesa total orçamentada, em 2009, atinge os 1.367,9 milhões de euros, incluindo uma previsão de 288,2 milhões de euros de operações extra-orçamentais.

A análise à despesa é efectuada, nos termos impostos pela Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ou seja, nos termos das respectivas classificações, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

## **Classificação Económica**

A despesa, nos termos da classificação económica, é estruturada de acordo com a natureza das respectivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

Para efeitos da análise comparativa, os montantes orçamentados para a dotação provisional e o montante da operação de refinanciamento efectuada em 2008, não serão considerados nos quadros que, seguidamente, se apresentarão.



### Estrutura da Despesa Global

	2008	%	2009	Euros %
1. Despesas Correntes	574.749.583	43,1%	583.298.735	43,0%
Despesas com Pessoal	294.295.641	22,1%	303.155.905	22,3%
Transferências	238.462.867	17,9%	238.915.885	17,6%
Aquisição de Bens e Serviços	17.855.607	1,3%	17.737.440	1,3%
Juros e outros Encargos	13.150.552	1,0%	11.350.000	0,8%
Outras	10.984.916	0,8%	12.139.505	0,9%
2. Despesas de Capital	1.807.650	0,1%	1.950.050	0,1%
Aquisição de Bens	1.151.163	0,1%	1.360.050	0,1%
Outras	656.487	0,0%	590.000	0,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	576.557.233	43,3%	585.248.785	43,1%
4. Despesas do Plano	439.539.572	33,0%	483.885.349	35,6%
5. Operações Extra-orçamentais	316.676.656	23,8%	288.249.273	21,2%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.332.773.461	100,0%	1.357.383.407	100,0%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional e de operações de refinanciamento

Destaca-se da análise do quadro anterior, por um lado, a redução do peso assumido pelas despesas de funcionamento na estrutura da despesa global, entre 2008 e 2009, e por outro, o aumento do peso ao nível das despesas do plano.

Esta evolução é consistente com as medidas que têm vindo a ser seguidas pelo Governo Regional e já confirmadas em anos anteriores, no sentido de desenvolver uma política de contenção das despesas de funcionamento e de reforço dos meios financeiros afectos às despesas de investimento.



Neste contexto, as despesas de funcionamento reduzem o seu peso relativo na estrutura da despesa global em 0,2 pontos percentuais, a qual passa dos 43,3%, em 2008, para os 43,1%, em 2009. As despesas do plano aumentam o seu peso, igualmente, em 2,6 pontos percentuais, passando dos 33%, em 2008, para os 35,6%, em 2009.

As despesas de funcionamento atingem o valor de 585,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de apenas 1,5% relativamente às dotações do ano anterior, enquanto que as despesas de investimento, com uma dotação de 483,9 milhões de euros, revelam uma taxa de crescimento de 10,1%.

No âmbito das despesas de funcionamento previstas para 2009, destacam-se as despesas correntes, com 583,3 milhões de euros orçamentados, as quais representam 99,7% do total, e evidenciam um crescimento de apenas 1,5%, relativamente a 2008.

As despesas com pessoal estão orçamentadas no valor de 303,2 milhões de euros, mais 3% do que em 2008, constituindo o agregado económico mais significativo e representando 52,1% do total das despesas correntes.

O valor orçamentado em despesas com pessoal foi estimado com base na execução registada em 2008, montante que consideramos ser suficiente para acomodar os aumentos salariais já aprovados para o corrente ano.

Para as despesas com as aquisições de bens e serviços está prevista uma dotação global de 19,1 milhões de euros, apenas mais 0,5% do que o



previsto para o ano anterior, evolução claramente indiciadora da política de contenção e rigor imposta pelo Governo Regional a este agregado da despesa.

As dotações propostas para as transferências correntes atingem o valor de 238,9 milhões de euros, apenas mais 0,2% do que o registado no ano anterior, não obstante, observar-se, em 2009, um acréscimo de 4% nas transferências correntes destinadas ao financiamento dos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde.

Neste agrupamento económico das transferências estão orçamentadas as despesas com pessoal dos fundos e serviços autónomos, nomeadamente, as dos serviços integrados no serviço Regional de Saúde, bem como as dotações destinadas a assegurar o pagamento do complemento regional de pensões.

Para os juros da dívida pública está prevista uma dotação de 11,35 milhões de euros, menos 13,7% do que o valor registado no ano anterior.

As outras despesas correntes estão estimadas com uma dotação de 12,1 milhões de euros, dos quais, 11,2 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 1,95 milhões de euros, dos quais, 1,36 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e 0,59 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



As despesas do plano contempladas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam uma previsão orçamental de 483,9 milhões de euros, apresentando uma taxa de crescimento de 10,1%, relativamente ao valor de 2008.

Esta elevada taxa de crescimento das despesas de investimento, está claramente identificada com a política orçamental implementada nos últimos anos pelo Governo Regional e que assenta na obtenção de taxas de crescimento superiores para as dotações afectas ao plano de investimentos, relativamente às atribuídas às despesas de funcionamento.

### **Classificação Orgânica**

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respectivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para 2009, bem como a sua desagregação pelos diversos departamentos regionais, e respectiva comparação com os montantes atribuídos em 2008, tendo-se, neste caso, procedido às necessárias reconversões decorrentes da alteração orgânica efectuada.





### Despesa Total

	2008	%	2009	Euros
				%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	10.622.606	0,8%	11.828.605	0,9%
Presidência do Governo Regional	30.137.597	2,3%	40.455.149	3,0%
Vice-Presidência do Governo Regional	338.880.630	25,4%	311.988.113	23,0%
Sec. Reg. da Educação e Formação	279.513.018	21,0%	295.264.463	21,8%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	99.373.135	7,5%	97.544.504	7,2%
Sec. Reg. da Economia	154.419.825	11,6%	160.515.692	11,8%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	48.998.278	3,7%	56.440.183	4,2%
Sec. Reg. da Saúde	216.915.111	16,3%	224.455.233	16,5%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	97.572.807	7,3%	100.089.598	7,4%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	56.340.454	4,2%	58.801.867	4,3%
<b>Total</b>	<b>1.332.773.461</b>	<b>100%</b>	<b>1.357.383.407</b>	<b>100%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento efectuada em 2008.

Uma primeira conclusão que se pode retirar da análise a este quadro permite concluir que, na generalidade, não existem alterações muito significativas no que concerne às proporções assumidas por cada departamento na estrutura da despesa pública entre os anos de 2008 e 2009.

A Vice-Presidência do Governo Regional, é o departamento que, com uma dotação global de 312 milhões de euros, continua a registar o maior volume de despesa, detendo um peso de 23%, registando uma redução de 2,4 pontos percentuais, face ao correspondente montante do ano anterior, sobretudo, devido à redução do valor das operações extra-orçamentais.

No âmbito deste departamento destaca-se o capítulo 12 – operações extra-orçamentais, com uma dotação prevista de 243,2 milhões de euros e o capítulo 01 – Gabinete do Vice-Presidente, com uma dotação prevista de 58,6 milhões de euros, dos quais, 20,6 milhões de euros, estão afectos ao pagamento dos complementos de pensões, 11,35 milhões de euros,



respeitam aos encargos com os juros da dívida pública directa da Região e 9,4 milhões de euros, destinam-se a suportar os encargos com a ADSE.

A Secretaria Regional da Educação e Formação, com um peso de 21,8%, atinge uma dotação de despesa global de 295,3 milhões de euros, aumentando o seu peso em 0,8 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior.

Neste departamento assume relevância significativa as dotações afectas ao capítulo 02 – Direcção Regional da Educação, as quais representam cerca de 69,1% do total das verbas afectas a este departamento.

Com um peso, ainda significativo, temos a Secretaria Regional da Saúde, com 16,5% do respectivo total, praticamente igual à do ano anterior, constituindo o capítulo 04 – Serviço Regional de Saúde, com uma dotação prevista de 209,1 milhões de euros, cerca de 93,2% do valor global das verbas afectas a este departamento.

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, em 2008 e 2009, não se considerando o montante das operações extra-orçamentais.



### Despesa Total

	2008	%	2009	Euros
				%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	10.622.606	1,0%	11.828.605	1,1%
Presidência do Governo Regional	29.837.597	2,9%	40.105.149	3,8%
Vice-Presidência do Governo Regional	65.304.215	6,4%	68.836.703	6,4%
Sec. Reg. da Educação e Formação	272.058.058	26,8%	278.796.208	26,1%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	95.243.130	9,4%	89.892.317	8,4%
Sec. Reg. da Economia	125.835.217	12,4%	142.749.609	13,4%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	48.998.278	4,8%	56.348.248	5,3%
Sec. Reg. da Saúde	216.909.576	21,3%	224.455.223	21,0%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	95.205.579	9,4%	97.724.360	9,1%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	56.082.549	5,5%	58.397.712	5,5%
<b>Total</b>	<b>1.016.096.805</b>	<b>100%</b>	<b>1.069.134.134</b>	<b>100%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.  
Não inclui o valor das operações extra-orçamentais.

A análise ao quadro supra apresentado permite concluir que a despesa pública, sem as operações extra-orçamentais, observa algumas alterações nos respectivos pesos entre os anos 2008 e 2009, relativamente às dotações globais de despesa afectas aos diversos departamentos.

Neste contexto, é a Secretaria Regional da Educação e Formação, com uma dotação prevista de 278,8 milhões de euros, que detém o peso mais significativo, atingindo os 26,1% do respectivo total.

Com um peso igualmente significativo temos a Secretaria Regional da Saúde, atingindo os 21% com uma dotação de 224,5 milhões de euros.

As dotações orçamentais afectas às Secretarias Regionais da Educação e Formação e da Saúde, atingem, em conjunto, o valor global de 503,3 milhões de euros, representando 47,1% do total da despesa.

O quadro a seguir apresentado apresenta as despesas previstas no capítulo 40 do orçamento da Região Autónoma dos Açores, para os anos de 2008 e 2009, distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública.



### Plano de Investimentos

	2008	%	2009	Euros %
Presidência do Governo Regional	15.884.107	3,6%	25.404.074	5,3%
Vice-Presidência do Governo Regional	9.435.000	2,1%	14.279.000	3,0%
Sec. Reg. da Educação e Formação	59.760.341	13,6%	69.408.345	14,3%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	72.879.940	16,6%	67.973.076	14,0%
Sec. Reg. da Economia	117.516.750	26,7%	134.268.651	27,7%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	37.884.000	8,6%	42.797.430	8,8%
Sec. Reg. da Saúde	13.545.434	3,1%	12.931.157	2,7%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	64.335.000	14,6%	66.204.218	13,7%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	48.299.000	11,0%	50.619.398	10,5%
<b>Total</b>	<b>439.539.572</b>	<b>100%</b>	<b>483.885.349</b>	<b>100%</b>

O departamento Regional que contempla o volume de despesas do plano mais significativo é a Secretaria Regional da Economia, com uma dotação prevista, para 2009, de 134,3 milhões de euros, sendo responsável por 27,7% do total das despesas do plano de investimento.

Apresentam valores, ainda muito significativos, as Secretarias Regionais da Educação e Formação, da Ciência Tecnologia e Equipamentos e da Agricultura e Florestas, com 69,4, 68 e 66,2 milhões de euros, respectivamente.

### Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2009, sem o valor das operações extra-orçamentais, estabelecendo-se a comparação com os montantes aprovados para ano de 2008.



### Estrutura da Despesa Global

	2008	%	2009	Euros
				%
1. Funções Gerais de Soberania	293.801.475	22,0%	290.470.311	21,4%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	293.801.475	22,0%	290.470.311	21,4%
2. Funções Sociais	575.933.112	43,2%	609.105.961	44,9%
2.01 Educação	249.601.517	18,7%	264.737.771	19,5%
2.02 Saúde	215.563.175	16,2%	223.412.728	16,5%
2.03 Segurança e Acção Social	15.445.621	1,2%	19.153.231	1,4%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	54.752.710	4,1%	56.690.697	4,2%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	40.570.089	3,0%	45.111.534	3,3%
3. Funções Económicas	413.130.754	31,0%	391.884.268	28,9%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	191.899.032	14,4%	172.746.394	12,7%
3.03 Transportes e Comunicações	125.442.492	9,4%	109.141.615	8,0%
3.05 Outras Funções Económicas	95.789.230	7,2%	109.996.259	8,1%
4. Outras Funções	49.908.120	3,7%	65.922.867	4,9%
4.01 Operações da Dívida Pública	13.150.500	1,0%	11.350.000	0,8%
4.03 Diversas não Especificadas	36.757.620	2,8%	54.572.867	4,0%
<b>Total</b>	<b>1.332.773.461</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.357.383.407</b>	<b>100,0%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.

A análise ao quadro anterior permite constatar que, entre 2008 e 2009, não se registam alterações significativas na estrutura da despesa pública, nos termos da sua classificação funcional, continuando as funções sociais a deter peso relativo mais significativo.

De facto, as funções sociais, com uma dotação prevista de 609,1 milhões de euros, observam um crescimento de 5,8%, representando 44,9% do total da despesa.

No âmbito destas funções sobressaem a Educação e a Saúde, que no seu conjunto, representam 80,1% do total do valor orçamentado para as funções sociais.



As funções económicas, com uma dotação prevista de 391,9 milhões de euros, detêm um peso de 28,9% no total da despesa.

No âmbito destas funções, destacam-se as dotações afectas ao sector da agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, com uma dotação global de 172,7 milhões de euros.

O quadro a seguir apresentado explicita o valor da despesa global previsto para 2009, excluindo as operações extra-orçamentais, e a respectiva comparação com os montantes aprovados para o ano de 2008.

#### Estrutura da Despesa Global

	2008	%	2009	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	114.525.065	11,3%	123.795.324	11,6%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	114.525.065	11,3%	123.795.324	11,6%
2. Funções Sociais	568.764.612	56,0%	601.250.256	56,2%
2.01 Educação	243.848.557	24,0%	258.479.016	24,2%
2.02 Saúde	215.558.170	21,2%	223.412.718	20,9%
2.03 Segurança e Acção Social	15.445.091	1,5%	19.061.296	1,8%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	54.692.705	5,4%	56.585.692	5,3%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	39.220.089	3,9%	43.711.534	4,1%
3. Funções Económicas	305.551.013	30,1%	317.075.192	29,7%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	121.173.899	11,9%	123.327.001	11,5%
3.03 Transportes e Comunicações	122.172.492	12,0%	103.018.015	9,6%
3.05 Outras Funções Económicas	62.204.622	6,1%	90.730.176	8,5%
4. Outras Funções	27.256.115	2,7%	27.013.362	2,5%
4.01 Operações da Dívida Pública	13.150.500	1,3%	11.350.000	1,1%
4.03 Diversas não Especificadas	14.105.615	1,4%	15.663.362	1,5%
<b>Total</b>	<b>1.016.096.805</b>	<b>100%</b>	<b>1.069.134.134</b>	<b>100%</b>

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.  
Não inclui o valor das operações extra-orçamentais



Sem o valor das operações extra-orçamentais, o montante orçamentado para as funções sociais atinge os 601,3 milhões de euros, ficando afectos 258,5 e 223,4 milhões de euros aos sectores da Educação e Saúde, respectivamente, os quais, em conjunto, assumem um peso de 80,2% no total destas funções.

As funções económicas, com uma dotação prevista de 317 milhões de euros representam 29,7% do total da despesa, dos quais 123,3 milhões de euros ficam afectos ao sector da agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca.



## **C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos**

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

### **Classificação Económica**

O orçamento para 2009, afecto aos serviços e fundos autónomos, segundo a sua classificação económica é o que de seguida se explicita.





DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>202.720.025</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>200.437.919</b>
Impostos directos	0	Despesas com pessoal	64.559.013
Impostos indirectos	400.000	Segurança Social	7.666.815
Cont. para Seg. social, C. G. A e ADSE	0	Contribuições para a Seg. Social	6.511.925
Txs, multas e outras penalidades	9.124.534	Aq. de bens e serviços correntes	94.608.565
Rend. de propriedades	3.150	Juros e outros encargos	702
Transferências	<b>174.132.104</b>	Juros da dívida pública	360.449
ORAA	143.881.394	Transferências Correntes	<b>12.468.567</b>
OE	829.447	ORAA	984.200
Entre Fundos	54.800	Adm. Central	1.003.000
Adm. Local	14.600	Adm. Local	1.000
U.E	3.032.933	Entre Fundos	0
Outras	26.318.930	U.E	0
Venda de bens e serviços correntes	14.031.172	Outras	10.480.367
Outras receitas correntes	5.029.065	Subsídios	28.210.606
		Outras despesas correntes	230.017
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>16.321.041</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>18.736.324</b>
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	9.691.296
Transferências	<b>15.980.991</b>	Transferências de Capital	<b>7.195.028</b>
ORAA	11.306.988	ORAA	35.900
OE	0	Adm. Central	243.255
Entre Fundos	0	Entre Fundos	0
Adm. Local	0	Adm. Local	113.300
U.E	4.529.000	U.E	0
Outras	145.003	Outras	6.802.573
Activos financeiros	340.000	Activos financeiros	1.850.000
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	0
Outras receitas de capital	50	Outras despesas de capital	0
Recursos próprios comunitários	0		
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>219.041.066</b>	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>219.174.243</b>
Reposições	31.119	Operações extra-orçamentais	5.721.523
Saldo da gerência anterior	102.058		
Na posse do serviço	97.058		
Na posse do Tesouro	5.000		
Operações extra-orçamentais	5.721.523		
<b>TOTAL</b>	<b>224.895.766</b>	<b>TOTAL</b>	<b>224.895.766</b>

O valor orçamentado, para 2009, dos fundos e serviços autónomos, é de 224,9 milhões de euros.



Relativamente ao valor orçamentado para a receita, 202,7 milhões de euros (90,1%) dizem respeito às receitas correntes, 16,3 milhões de euros (7,3%) a receitas de capital, sendo que, os restantes 6,0 milhões de euros (2,6%) referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extra-orçamentais.

Nas receitas correntes, sobressaem as transferências correntes, as quais com 174,1 milhões de euros, representam 85,9% do total da receita corrente. De salientar que 82,6% do total das transferências correntes (143,9 milhões de euros) são provenientes do orçamento da Região Autónoma dos Açores.

È esperada uma receita de capital na ordem dos 16,3 milhões de euros, dos quais 16,0 milhões de euros (97,9%) dizem respeito a transferências, destacando-se nestas as provenientes do O.R.A.A., com 11,3 milhões de euros, ou seja, 70,8% do total das transferências.

A verba estimada para a despesa, reparte-se por 200,4 milhões de euros para as despesas correntes (89,2%), por 18,7 milhões de euros para as despesas de capital (8,3%) e por 5,7 milhões de euros de operações extra-orçamentais (2,5%).

As rubricas que mais se destacam, no total das despesas correntes são as aquisições de bens e serviços correntes, as despesas com pessoal e as transferências correntes que representam 47,2%, 32,2% e 6,2%



respectivamente, do total das despesas correntes, correspondendo no seu conjunto a 171,6 milhões de euros.

Dos 18,7 milhões de euros orçamentados para as despesas de capital, 9,7 milhões de euros (51,7%) dizem respeito a aquisição de bens de capital, e 7,2 milhões de euros (38,4%) a transferências de capital.

### Classificação Orgânica

A repartição orgânica do orçamento afecto aos serviços e fundos autónomos é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Presidência do Governo Regional	400.000	0,18%
Secretaria Regional da Educação e Formação	33.831.755	15,04%
Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	15.222.180	6,77%
Secretaria Regional da Economia	33.040.282	14,69%
Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social	15.647.118	6,96%
Secretaria Regional da Saúde	116.324.489	51,72%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	9.975.792	4,44%
Secretaria Regional do Ambiente e Mar	454.150	0,20%
<b>Total</b>	<b>224.895.766</b>	<b>100,00%</b>

A Secretaria Regional da Saúde assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA, com um valor de 116,3 milhões de euros (51,7%). Dos FSA dependentes desta Secretaria destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento:

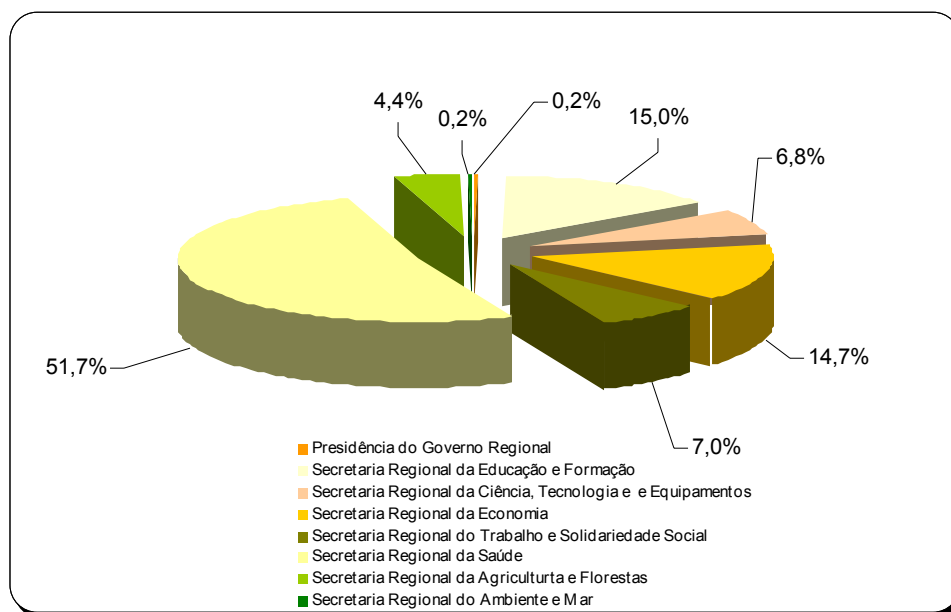
- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 24,0%
- Centro de Saúde da Ribeira Grande – 11,3%
- Centro de Saúde de Angra do Heroísmo – 11,2%



A Secretaria Regional da Educação e Formação, tem afectos 33,8 milhões de euros (15,0%) do valor total orçamentado para os FSA, e onde se destaca a Escola Profissional das Capelas com 6,5 milhões de euros (19,2%) do valor orçamentado para este departamento.

Destaca-se ainda a Secretaria Regional da Economia, que com 33,0 milhões de euros representa 14,7% do total orçamentado, valor este integralmente afecto ao Fundo Regional de Coesão, sendo assim o fundo ao qual é imputada a maior dotação orçamental.

A desagregação orgânica do orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos, é a apresentada de seguida.





## Classificação Funcional

Segundo a sua classificação funcional, as despesas globais dos FSA são as especificadas no quadro seguinte.

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	5.724.580	2,5%
Funções Sociais	150.513.762	66,9%
Funções Económicas	52.967.824	23,6%
Outras Funções	15.689.600	7,0%
<b>TOTAL</b>	<b>224.895.766</b>	<b>100,00%</b>

No âmbito desta classificação, são as despesas afectas às funções sociais as que mais se destacam, representando 66,9% do total da despesa, seguindo-se as funções económicas (23,6%), das outras funções (7,0%) e por último, das funções gerais de soberania (2,5%).

A proporção que cada função de carácter social assume do total destas (150,5 milhões de euros), é de:

- Educação – 17,4%;
- Saúde – 77,3% (51,7% do total das despesas globais);
- Segurança e Acções Sociais – 4,3% ; e
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 1,0%.

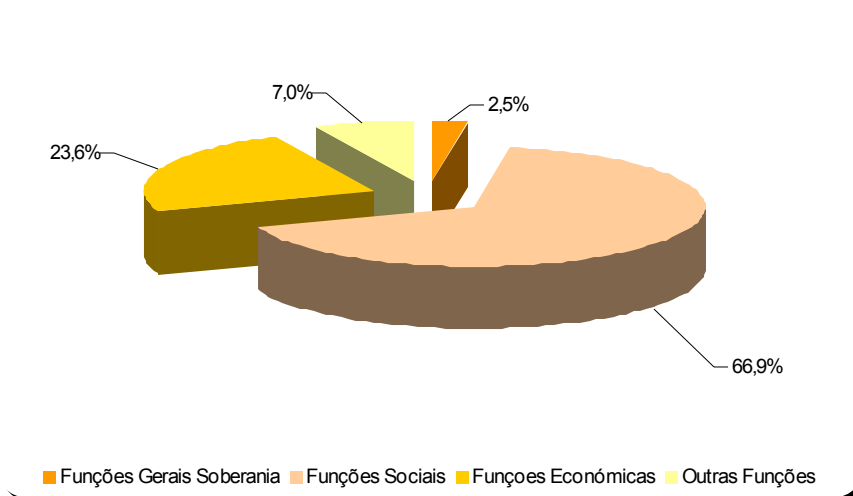
Os 53,0 milhões de euros afectos às funções económicas desagregam do seguinte modo:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 19,7%;
- Indústria e Energia – 62,4%; e



- Transportes e Comunicações – 17,9%.

O Gráfico seguinte mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA.





## B) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

Para o 2009, estima-se em 1.437, 6 milhões de euros, o valor do orçamento consolidado do Sector Público Administrativo, onde se incluíram todos os serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, conforme quadro a seguir apresentado.

### ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

(Milhões de euros)

DESIGNAÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Correntes	752.940.531,0
Receitas Fiscais	529.457.534,0
Outras receitas correntes	223.482.997,0
Receitas de Capital	388.046.287,0
Outras Receitas	2.633.177,0
Operações extra-orçamentais	293.970.796,0
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>1.437.590.791,0</b>
Despesas Correntes	833.518.720,0
Despesas com Pessoal	367.714.918,0
Outras	465.803.802,0
Despesas de Capital	310.101.275,0
Operações extra-orçamentais	293.970.796,0
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>1.437.590.791,0</b>

Estima-se que as receitas correntes atinjam os 752,9 milhões de euros (52,4% do total da receita), prevendo-se que 529,4 milhões de euros digam respeito a receitas fiscais e os restantes 223,4 milhões de euros a outras receitas correntes.

Relativamente às receitas de capital, prevê-se que estas possibilitem uma arrecadação de 388,0 milhões de euros.



Relativamente à despesa, 58,0% do seu total será despendido com despesas correntes, sendo que, dos 833,5 milhões de euros orçamentados para este agregado, 367,7 milhões de euros (44,1%) dizem respeito a despesas com pessoal.

As despesas de capital estão orçamentadas em 310,1 milhões de euros.

Tal como na receita, as operações extra-orçamentais estão orçamentadas em 294,0 milhões de euros, 20,4% do total da despesa.





## **V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL**

### **A - Dívida Directa**

De acordo com o estipulado na Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2008, a Região Autónoma dos Açores, ficou impossibilitada, uma vez mais, de contrair empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que originassem um aumento do seu endividamento líquido.

O stock da dívida pública, a 31 de Dezembro de 2008 era de 274.613.674,00€ menos 250.000€ do que o existente no final de 2007, em consequência de uma operação de refinanciamento, que ocorreu durante o ano de 2008.

No final de 2008, a totalidade da dívida directa da Região encontrava-se expressa em euros.

#### **Evolução da Dívida Pública**

No decorrer de 2008, a Região procedeu ao refinanciamento do FRN-2008, na maturidade deste (Agosto de 2008), por via da contratação de um empréstimo directo junto do DEXIA Sabadell, com uma maturidade de 10 anos, e ao qual ficou afecto uma taxa de Euribor 6 meses +15bp. O nominal do empréstimo foi de 91,0 milhões de euros, dando origem a uma ligeira redução no total da dívida, uma vez que o FRN havia sido contratado pelo montante de 91,3 milhões de euros.



## Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública e a amortização do empréstimo originaram uma execução orçamental de 104,4 milhões de euros, referente ao pagamento de juros e à amortização do FRN-2008 já referida, conforme quadro a seguir apresentado.

(Euros)				
INSTITUIÇÃO	DATA	JUROS PAGOS	AMORT.EFECT.	TOTAL
IGCP	15-10-08	98.241,67	0,00	98.241,67
IGCP	27-11-08	23.296,44	0,00	23.296,44
Credit Suisse	19-02-08	1.773.659,44	0,00	1.773.659,44
Credit Suisse	19-08-08	1.978.551,41	0,00	1.978.551,41
DEXIA	03-12-08	2.050.667,50	0,00	2.050.667,50
DEPFA	18-02-08	1.180.671,54	0,00	1.180.671,54
DEPFA	19-08-08	1.102.108,58	0,00	1.102.108,58
"FRN" - 2008	22-08-08	4.915.926,46	91.250.000,00	96.165.926,46
<b>Juros da dívida e amortizações</b>		<b>13.123.123,04</b>	<b>91.250.000,00</b>	<b>104.373.123,04</b>
Outros Encargos da Dívida		25.615,00	0,00	25.615,00
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>13.148.738,04</b>	<b>91.250.000,00</b>	<b>104.398.738,04</b>

Para 2009, e de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro – OE para 2009, a Região não pretende recorrer a qualquer tipo de endividamento, prosseguindo assim a sua política de equilíbrio orçamental das finanças públicas regionais.



## B - Avals

O Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro, fixou para o ano 2008, o limite máximo de Avals a conceder pela Região Autónoma dos Açores, em 20 milhões de euros.

No decorrer de 2008, a Região concedeu apenas um aval à SPRHI, SA, no montante de 11,4 milhões de euros, tendo, por isso, utilizado apenas 57% do *plafond* estipulado, pelo que a responsabilidade da Região com avals atingiu os 397,3 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2008, conforme o quadro abaixo apresentado.

(Euros)				
AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
2/89	K.F.W.	E.D.A., S.A.	5.112.918,81	341.542,94
2/92	K.F.W.	E.D.A., S.A.	4.090.335,05	1.365.149,35
3/93	B.E.I.	E.D.A., S.A.	2.501.991,06	1.158.922,27
4/93	B.E.I.	E.D.A., S.A.	17.960.724,73	403.571,15
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	24.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	20.000.000,00	18.000.000,00
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A.	50.000.000,00	13.636.360,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	40.000.000,00	40.000.000,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A.	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A.	26.000.000,00	26.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG,SA	5.500.000,00	5.041.666,66
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	11.400.000,00	11.400.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>468.565.969,65</b>	<b>397.347.212,37</b>

Uma vez mais se verifica e tendo em conta as variações ocorridas nas responsabilidades com avals, quer por via das amortizações efectivadas, quer por via dos novos avals concedidos, uma redução das responsabilidades da Região, no biénio de 2006/2007 no montante de 4,1



milhões de euros, e uma redução ainda mais significativa no biénio 2007/2008 de 21,0 milhões de euros, conforme explicita o quadro a seguir apresentado.

**VARIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM AVALES EM 2006/2007 e 2007/2008**

	(Euros)
Responsabilidades a 31/12/06	422.484.164,51
Avaes concedidos em 2007	31.500.000,00
Amortizações efectuadas em 2007	35.593.741,71
Responsabilidades a 31/12/07	418.390.422,80
<b>Δ 2006/2007</b>	<b>-4.093.741,71</b>
Responsabilidades a 31/12/07	418.390.422,80
Avaes concedidos em 2008	11.400.000,00
Amortizações efectuadas em 2008	32.443.210,43
Responsabilidades a 31/12/08	397.347.212,37
<b>Δ 2007/2008</b>	<b>-21.043.210,43</b>

Esta redução das responsabilidades avalizadas pela Região, decorre da política de concessão de avales definida pelo Governo Regional, evidenciando o facto de, no âmbito do SPER, após uma fase de reestruturação dos respectivos passivos, se ter atingido já um nível apreciável de consolidação financeira que permite assegurar a sustentabilidade do mesmo.

Para o ano de 2009, são esperadas amortizações no montante de 19,5 milhões de euros nos empréstimos avalizados pela Região, desagregados da forma que de seguida se explicita.



				(Euros)
2/89	K.F.W.	E.D.A., S.A	341.542,94	
2/92	K.F.W.	E.D.A., S.A	273.029,86	
3/93	B.E.I.	E.D.A., S.A	198.407,89	
4/93	B.E.I.	E.D.A., S.A	124.599,16	
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A	3.000.000,00	
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A	2.000.000,00	
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A	9.090.910,00	
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A	4.000.000,00	
2/07	Déxia Sabadell	APTG,SA	458.333,34	
<b>Total</b>			<b>19.486.823,19</b>	

De referir que o aval 02/89 atribuído à EDA será totalmente amortizado, no decorrer do corrente ano.



## **VI - Sector Público Empresarial Regional**

O Sector Público Empresarial Regional (SPER), incorporava a 31 de Dezembro de 2008, um conjunto de 40 entidades de características empresariais, congregadas da seguinte forma:

- Três Grupos empresariais e participação directa em uma empresa:
  - Grupo EDA com 9 empresas;
  - Grupo SATA com 6 empresas;
  - Grupo Portos dos Açores (PA), com 5 empresas;
  - TRANSMAÇOR, S.A.
  
- Doze empresas de capital exclusivamente público, com actividade e objectivos próprios, sem participação de capital entre si, nomeadamente:
  - SPRHI, SA, na área de habitação e infra-estruturas;
  - LOTAÇOR, SA, nas Pescas;
  - SAÚDAÇOR, SA, no sector da Saúde;
  - Teatro Micaelense, SA, na área de espectáculos e congressos;
  - SPRAçores, SA, na área do Ambiente;
  - Ilhas de Valor, SA, vocacionada para promover a coesão das ilhas do arquipélago;
  - APIA, EPE, para captação de investimento externo;
  - Empresa de Transportes de St<sup>a</sup>. Maria, LDA, que assegura o transporte público terrestre nessa ilha;



- Hospital da Horta, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
  - Hospital do Divino Espírito Santo, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
  - Hospital de Santo Espírito, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
  - IROA, S.A, na área da Agricultura cujo objectivo é o de reforço da qualidade e redução dos custos de produção das explorações agrícolas.
- Seis entidades não societárias, mas que pela sua gestão, estão incluídas neste âmbito:
- AAFTH – Hotel S. Pedro, como escola de hotelaria;
  - INOVA;
  - ARENA;
  - ENTA;
  - Associação de Turismo dos Açores;
  - Pousadas da Juventude;
  - Observatório Regional do Turismo.

O Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março consagra, pela primeira vez, o regime jurídico do sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores, estabelecendo um conjunto de regras que enquadram a actividade daquele sector de acordo com os parâmetros de uma gestão moderna, responsável e potenciadora do desenvolvimento económico regional.



A composição do *portfolio* das participações da Região, resultante da intervenção do Governo Regional nas diversas empresas, mediante a sua importância estratégica, o grau de automatização dos serviços prestados e o sector de actividade em que se inserem, explicitada em percentagem do capital social detido, directa e indirectamente, pela Região, sem considerar as participações indirectas de segundo grau, é a explicitada no quadro seguinte:





Região Autónoma dos Açores  
Vice - Presidência do Governo Regional  
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

ENTIDADES SOCIETÁRIAS

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÕES NO SPE							
	RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	ATLÂNTICOLINE, S.A.	EDA, S.A	PA SGPS	NOVA	ASS. TURISMO AÇORES
SATA, SGPS, S.A.	100,00							
SATA AIR AÇORES - SERV. AÇOR. TRANSPORTES AÉREOS, S.A		100,00						
SATA INTERNACIONAL- SERVIÇO DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.			100,00					
SATA AERODROMOS			100,00					
SATA EXP. INC. CAN			100,00					
SATA EXP. INC. USA			100,00					
EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES,S.A	50,10							
LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, S.A	100,00							
PA- PORTOS DOS AÇORES -SGPS, S.A.	100,00							
APSM-AD. PORTOS DAS ILHAS DE S.MIGUEL E S. MARIA, S.A						100,00		
APTG-AD. PORTOS DA TERCEIRA E GRACIOSA, S.A.						100,00		
APTO-AD. PORTOS DO TRIÂNGULO E DO GRUPO OCIDENTAL, S.A.						100,00		
ATLÂNTICOLINE, S.A						100,00		
ILHAS DE VALOR, S.A.	99,24		0,38	0,38				
SPRHI,S.A.- SOC. PROM. REAB.HAB. E INFRA-ESTRUTURAS,S.A	100,00							
SAUDAÇOR- SOC. GEST. REC.EQUIP.SAÚDE AÇORES, S.A.	100,00							
SPRAÇORES - Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A.	100,00							
APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E.	100,00							
ETCSM- EMPRE. TRANSPORTES COLECTIVOS DE S.MARIA LDA	99,00							
TEATRO MICAELENSE- CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A.	99,81							
PGA- POUSADAS DA JUVENTUDE AÇORES, S.A	51,00							
SITURFLOR- SOC. DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS DAS FLORES, S.A. a)	38,65							
TRANSAÇOR- TRANSPORTES MARÍTIMOS DOS AÇORES, LDA	17,30							
IROA, S.A.	100,00							
HOSPITAL DA HORTA, EPE	100,00							
HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, EPE	100,00							
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO, EPE	100,00							
Verdegolf, S.A.			0,75					
GLOBALEDA- TELECOMUNICAÇÕES SIST. INFORMAÇÕES,S.A					100,00			
EEG- EMPRESA DE ELECTRICIDADE E GÁS, LDA					99,00			
SOGEO- SOCIEDADE DE GEOTERMIA DOS AÇORES, S.A					99,31			
SEGMA- SERVIÇO DE ENG. GESTÃO E MANUTENÇÃO,LDA					90,00			
GOLFE AÇORES,LDA			33,33					
GEOTERCEIRA- SOC. GEOTÉMICA DA TERCEIRA,S.A					50,04			
NORMA AÇORES- SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DES. REG. S.A.					50,13			
ONIAÇORES- INFOCOMUNICAÇÕES S.A					40,00			
CONTROLAUTO - CONTROLO TÉCNICO DE AUTOMÓVEIS,LDA					30,00			
Zon Açores, S.A.					6,18			
BANIF AÇOR.PENSÕES - SOC. GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.			2,70		2,70			
DTS - SOC. DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGIAS E SERVIÇOS, LDA					2,50			
IATH- IND. AÇOREANA TURISMO HOTELEIRA,S.A					0,12			
OCAM- CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DOS AÇORES, CRL.					0,001			